

DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ



TERMO DE JUSTIFICATIVA 017/2018- CLC/DPE-PI

Processo Administrativo nº: 01135/2018 – CLC/DPE-PI

Objeto: Contratação de empresa para aquisição de material de construção (15 milheiros de tijolo, 8 m³ de pedra de mão – pedra de fogo 14 peças treliçadas de 6 metros cada).

Possibilidade Legal: Dispensa de Licitação nº 011/2018 Art. 24, II, Lei 8.666/93.

I - Objeto

Trata-se o presente procedimento de dispensa de licitação para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO (15 MILHEIROS DE TIJOLO, 8 M³ DE PEDRA DE MÃO – PEDRA DE FOGO 14 PEÇAS TRELIÇADAS DE 6 METROS CADA)**, conforme as especificações constantes na solicitação da despesa.

II - Relatório

Vieram os autos do processo em epígrafe a esta Comissão para análise das condições propostas para contratação do serviço acima mencionado, o que recebemos com o fim de apresentar orientações técnicas à luz da Lei Federal nº. 8.666/93, no qual deverá ser submetido à análise Jurídica da modalidade e cláusulas contratuais pela Assessoria Jurídica deste órgão e posterior ratificação da autoridade superior ordenadora da despesa.

Conforme memorando n.º 0190/2018, expedido em 17 de abril de 2018 (fl. 01), a Diretoria Administrativa solicitou a contratação de empresa para contratação de empresa para aquisição de material de construção (15 milheiros de tijolo, 8 m³ de pedra de mão – pedra de fogo 14 peças treliçadas de 6 metros cada).

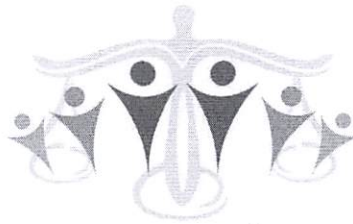
Constam nos autos 03 (três) orçamentos:

- R\$ 7.238,00 (sete mil e duzentos e trinta e oito reais) apresentado pela empresa **CONSTRUTORA CONCREART** (fls. 10);

- R\$ 7.935,00 (sete mil e novecentos e trinta e cinco reais) apresentado pela empresa **P.A CONSTRUÇÕES** (fls.11).

- R\$ 7.790,00 (sete mil e setecentos e noventa reais) apresentado pela empresa **PREMOLDEX** (fls.12).

Pelo exposto, constata-se que a empresa **CONSTRUTORA CONCREART** apresentou a melhor proposta no valor de R\$ 7.238,00 (sete mil e duzentos e trinta e oito reais).



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ



É o relatório.

III – Da Fundamentação: Dispensa pelo valor para contratação de outros serviços e compras, Art. 24, inciso II, da Lei 8.666/93.

Nossa Constituição Federal estabeleceu como regra geral e condição básica à compra de bens e contratação de serviços, quando realizadas para a Administração Pública, o **dever de licitar** (art. 37, XXI, da CF/88).

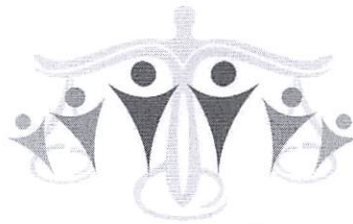
“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios obedecerá aos princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

.....

XXI – ressaltados os casos especificados na legislação, as obras, serviços, compras e alienações serão contratados mediante processo de licitação pública que assegure igualdade de condições a todos os concorrentes, com cláusulas que estabeleçam obrigações de pagamento, mantidas as condições efetivas da proposta, nos termos da lei, o qual somente permitirá as exigências de qualificação técnica e econômicas indispensáveis à garantia do cumprimento das obrigações.” (grifo nosso)

A lei que regulamenta o dispositivo constitucional acima, Lei nº 8.666/93, no seu art. 2º, também ratifica o comando constitucional.

“Art. 2º As obras, serviços, inclusive de publicidade, compras, alienações, concessões, permissões e locações da Administração Pública, quando contratadas com terceiros, **serão**



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

necessariamente precedidas de licitação, ressalvadas as hipóteses previstas nesta lei.” (grifo nosso)

Contudo, o legislador previu situações em que as licitações poderiam ser dispensadas ou inexigidas, permitindo-se, a contratação direta de produtos e serviços, respeitados os requisitos legais. São as chamadas contratações com dispensa ou por inexigibilidade de licitação.

As licitações dispensáveis estão previstas no art. 24 da Lei nº 8.666/93 e em alguns outros dispositivos espalhados na legislação ordinária.

O artigo 24, inciso II, da Lei nº. 8.666, de 21 de junho de 1993, dispõe que é DISPENSÁVEL a licitação quando o valor para contratação de serviços for de até 10% (dez por cento) do valor estipulado no art. 23, II, “a”, R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), *in verbis*:

Art. 24. É dispensável a licitação:

II - para outros serviços e compras de valor até 10% (dez por cento) do limite previsto na alínea "a", do inciso II do artigo anterior e para alienações, nos casos previstos nesta Lei, desde que não se refiram a parcelas de um mesmo serviço, compra ou alienação de maior vulto que possa ser realizada de uma só vez;

(...)

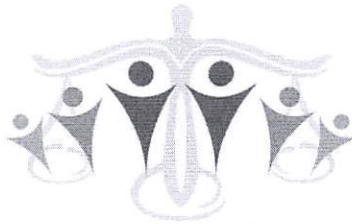
Art. 23. As modalidades de licitação a que se referem os incisos I a III do artigo anterior serão determinadas em função dos seguintes limites, tendo em vista o valor estimado da contratação:

(...)

II - para compras e serviços não referidos no inciso anterior:

a) convite – até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais);”

Consoante o saudoso e consagrado doutrinador Marçal Justem Filho, veja-se:



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ

“A dispensa de licitação verifica-se em situações em que, embora viável competição entre os particulares, a licitação afigura-se objetivamente incompatível com os valores norteadores da atividade administrativa.”

(...)

“A pequena relevância econômica da contratação não justifica gastos com uma licitação comum. A distinção ¹”

(...)

“ A lei determinou que as formalidades prévias deverão ser proporcionais às peculiaridades do interesse e da necessidade pública. Por isso, tanto mais simples serão as formalidades, e mais rápido o procedimento licitatório quando or o valor a ser despendido pela Administração Pública”

É sabido que a realização de licitação gera ônus para a Administração, de modo que o custo de sua realização não justificaria seus benefícios, assim, o legislador entendeu que, em razão do pequeno valor a ser contratado, não se justificaria a realização de licitação em face do valor da futura contratação.

Assim sendo, compulsando os autos verifica-se que o menor valor proposto tem seu total estipulado em **R\$ 7.238,00 (sete mil e duzentos e trinta e oito reais)**.

Diante do valor apresentado, de baixa monta, a DPE-PI fará uso da faculdade posta pela Lei nº 8.666/93 para fazer a contratação de maneira direta, mas obedecendo ao mesmo tempo aos princípios administrativos como da economia, transparência, julgamento objetivo, impessoalidade, entre outros.

¹ JUSTEN FILHO, Marçal. Comentários à Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 14. Ed. São Paulo: Dialética, 2010 p. 301.



DEFENSORIA PÚBLICA
DO ESTADO DO PIAUÍ



Nos termos do **Artigo 24, inciso II, Lei nº 8.666/93**, é dispensável a licitação para outros serviços e compras não superiores a **10% de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** valor este constante da **alínea “a”, inciso II, artigo 23 da referida lei**.

Nos termos do **Artigo 24, inciso II, Lei nº 8.666/93**, é dispensável a licitação para outros serviços e compras não superiores a **10% de R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais)** valor este constante da **alínea “a”, inciso II, artigo 23 da referida lei**.

Como não há previsão anual no órgão, para pagamentos de parcelas que se refiram à **Contratação de empresa para aquisição de material de construção (15 milheiros de tijolo, 8 m³ de pedra de mão – pedra de fogo 14 peças treliçadas de 6 metros cada)**, que ultrapasse o valor de R\$ 8.000,00 (oito mil reais) anuais, pode tranquilamente a DPE-PI realizar a despesa facultando contratação direta.

A despesa desta forma poderá ser realizada sem maiores cautelas ou complexidade, embora seja oportuno indicar da necessidade de cumprimento das disposições da Lei 4.320/64, no que diz respeito ao cumprimento do estágio da despesa que consiste no regular empenhamento, liquidação e final pagamento.

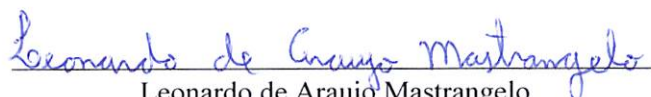
IV - Conclusão

Diante do exposto, com base no que acima foi exposto, entende-se, para o caso em apreço, que é possível a contratação através de dispensa de licitação, que deverá ser celebrado com base no art. 24, II, da Lei nº 8.666/93, desde que:

Encaminham-se os presentes autos, para o setor jurídico e posterior ratificação do ordenador da despesa, nos termos do art. 26 da Lei 8.666/93.

Eis a Justificativa, Salvo Melhor Entendimento.

Teresina (PI), 26 de abril de 2018.


Leonardo de Araújo Mastrangelo
Membro da CPL/DPE-PI